

Sumário

PARTE I

DIREITO TRIBUTÁRIO

Capítulo 1

O QUE É TRIBUTO?	27
1. Elementos definidores do tributo	28
1.1. Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa expressar	28
1.2. Prestação compulsória.....	30
1.3. Não constitui sanção de ato ilícito	30
1.4. Instituída em lei.....	32
1.5. Atividade administrativa vinculada.....	35
2. O tributo em espécie.....	35
2.1. Os impostos.....	37
2.1.1. Impostos federais.....	44
2.1.1.1. Imposto de importação	45
2.1.1.2. Imposto de exportação.....	57
2.1.1.3. Imposto sobre produtos industrializados (IPI)..	59
2.1.1.4. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF).....	70
2.1.1.5. Imposto de renda (IR).....	74
2.1.1.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	85
2.1.1.7. Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).....	88
2.1.2. Os impostos estaduais	89
2.1.2.1. Imposto sobre operações relativas à circu- lação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e inter- municipal de comunicação (ICMS).....	89

2.1.2.2.	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).....	126
2.1.2.3.	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação (ITCMD).....	132
2.1.3.	Impostos municipais.....	136
2.1.3.1.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).....	136
2.1.3.2.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).....	142
2.1.3.3.	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).....	157
2.2.	As taxas.....	166
2.3.	Os empréstimos compulsórios.....	175
2.4.	As contribuições de melhoria.....	178
2.5.	As contribuições especiais.....	182
2.5.1.	Contribuições à Seguridade Social.....	190
2.5.2.	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).....	206
2.5.2.1.	CIDE – combustíveis.....	209
2.5.2.2.	CIDE royalties.....	211
2.5.2.3.	Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).....	213
2.5.3.	Contribuições corporativas.....	215
2.5.3.1.	Contribuições corporativas para o custeio das atividades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.....	215
2.5.3.2.	Contribuições sindicais.....	217
2.5.4.	Contribuições sociais gerais ou genéricas.....	219
2.5.4.1.	Salário educação.....	219
2.5.4.2.	Contribuições destinadas ao Sistema "S" ou contribuições para os serviços sociais autônomos.....	219
3.	Competência e capacidade tributária.....	221
3.1.	<i>Bis in idem</i> e bitributação.....	229

Capítulo 2

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO?	237
1. Princípio da legalidade.....	237
2. Princípio da isonomia.....	247

3. Princípio da irretroatividade	253
4. Princípio da anterioridade do exercício financeiro e a noventena.....	268
5. Princípio da vedação ao confisco	278
6. Princípio da capacidade contributiva.....	285
7. Princípio da liberdade de tráfego de pessoas e bens.....	291
8. Princípio da uniformidade geográfica.....	293
9. Princípio da uniformidade da tributação da renda	296
10. Princípio da vedação às isenções heterônomas	298
11. Princípio da não discriminação em razão da procedência ou do destino...	303

Capítulo 3

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	307
1. Classificação das imunidades.....	317
1.1. Quanto aos valores constitucionais protegidos ou quanto ao grau de intensidade e de amplitude.....	317
1.2. Quanto ao modo de incidência.....	318
1.3. Quanto à origem.....	320
2. Imunidades específicas.....	321
2.1. Imunidade recíproca.....	321
2.2. Imunidade de templos religiosos.....	336
2.3. Imunidade dos partidos políticos, sindicato dos trabalhadores, entidades educacionais e de assistência social.....	340
2.4. Imunidade cultural ou de imprensa.....	349
2.5. Imunidade musical.....	354

Capítulo 4

O NASCIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	359
1. Obrigação tributária principal e acessória	359
2. Regra matriz de incidência tributária	363
3. Sujeito passivo da obrigação tributária	368
4. Responsabilidade tributária	371
4.1. Responsabilidade por substituição tributária.....	374
4.2. Responsabilidade derivada ou por transferência.....	377
4.2.1. Responsabilidade por solidariedade	378
4.2.2. Responsabilidade por sucessão.....	380
4.3. Responsabilidade de terceiros	393
4.4. Responsabilidade por infrações	406
5. Denúncia espontânea.....	409
6. Domicílio tributário	415

 **Capítulo 5**

NASCEU A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, MAS JÁ EXISTE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO? HORA DE CONHECER TUDO SOBRE O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO!	425
1. O crédito tributário	425
2. O lançamento tributário: ato administrativo ou procedimento?	428
2.1. Competência para o lançamento.....	431
2.2. Lei aplicável.....	434
2.3. Alteração do lançamento	435
2.4. Modalidades de lançamento tributário	440
2.4.1. Lançamento de ofício ou direto.....	441
2.4.2. Lançamento por declaração ou misto	443
2.4.3. Lançamento por homologação ou autolancamento	443
2.4.4. Lançamento por arbitramento	447

 **Capítulo 6**

MO-DE-RE-CO-PA: HIPÓTESES DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	451
1. Moratória	458
1.1. Moratória geral e individual	459
1.2. Abrangência da moratória.....	462
1.3. Os casos praticados com dolo e simulação.....	464
2. Depósito do montante integral.....	465
3. Reclamações e recursos administrativos.....	469
4. A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.....	471
5. Parcelamento	475

 **Capítulo 7**

TODO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CHEGA AO SEU FIM!	485
1. O pagamento	488
1.1. Formas de pagamento e as presunções do Direito Civil.....	488
1.2. Local do pagamento	490
1.3. Prazo para pagamento	491
1.4. Imputação em pagamento	495

1.5. Em caso de pagamento a mais, ou indevido, vamos para a repetição de indébito tributário!	496
2. Compensação	510
3. Transação.....	517
4. Remissão	537
5. Conversão do depósito em renda.....	538
6. Pagamento antecipado	539
7. Consignação em pagamento	540
8. Decisão judicial com trânsito em julgado	543
9. Decisão administrativa irreformável	543
10. Dação em pagamento de bens imóveis	545
11. Decadência	547
12. Prescrição.....	560

Capítulo 8

AN-IS: EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	575
1. Anistia	576
1.1. Desvendando o art. 180 do CTN	578
1.2. As modalidades de anistia	578
2. Isenção	580
2.1. Isenção geral e isenção individual.....	582
2.2. Isenção onerosa.....	583
2.3. Revogação da isenção e o princípio da anterioridade	584
2.4. Isenção e a questão da alíquota zero	586
2.5. Proibição das isenções heterônomas.....	587

Capítulo 9

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	589
1. Os privilégios	589
1.1. A falência e a recuperação judicial	589
1.2. Processo de inventário e arrolamento	594
1.3. Liquidação judicial ou voluntária	595
2. As garantias do crédito tributário.....	595
2.1. Responsabilidade patrimonial.....	597
2.2. Presunção de fraude.....	599
2.3. Indisponibilidade de bens	600

 **Capítulo 10**

REFORMA TRIBUTÁRIA E O IBS	603
1. A proposta de Reforma Tributária da PEC 45/2019	604
2. A proposta de Reforma Tributária do governo federal.....	623

 **Capítulo 11**

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF)	629
1. Principais princípios	629
2. O ônus da prova	630
3. Renúncia à esfera administrativa	632
4. Impugnação administrativa	633
5. Julgamento de primeira instância	637
6. Os recursos administrativos	640
7. Decisão administrativa definitiva.....	640
8. Agravamento da exigência.....	641

 **Capítulo 12**

AÇÃO CAUTELAR FISCAL E EXECUÇÃO FISCAL	645
1. Ação cautelar fiscal	645
2. Execução fiscal.....	647
2.1. Dívida ativa.....	649
2.2. A Certidão de Dívida Ativa (CDA).....	653
2.3. Competência	661
2.4. Polo passivo.....	674
2.5. Redirecionamento da execução fiscal e incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	680
2.6. Citação do executado	686
2.7. Penhora e garantia	691
2.8. Embargos à execução fiscal	699
2.9. Exceção de pré-executividade	711
2.10. Expropriação na execução fiscal.....	713
3. Negócio Jurídico Processual (NJP).....	718

PARTE II**DIREITO FINANCEIRO** **Capítulo 1**

ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO E O DIREITO FINANCEIRO	727
1. Atividade Financeira do Estado (AFE) e Direito Financeiro	727
2. Competência legislativa	729
3. Principais normas e princípios.....	730

 **Capítulo 2**

RECEITAS PÚBLICAS	735
1. Conceito.....	735
2. Classificações	736
2.1. Quanto à periodicidade	737
2.2. Quanto à origem da receita	738
2.3. Quanto à categoria econômica	743
3. Estágios da receita pública	746
3.1. Previsão	746
3.2. Lançamento	749
3.2.1. Lançamento tributário	750
3.3. Arrecadação.....	755
3.4. Recolhimento.....	756
4. Dívida ativa.....	756
4.1. Conceito	757
4.2. Procedimento.....	761
5. Repartição de receitas.....	764
6. Fundos.....	774
7. Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).....	776
7.1. Receita Corrente Líquida (RCL)	777
7.2. Gestão fiscal	782
7.3. Renúncia de receitas	785

 **Capítulo 3**

DESPESA PÚBLICA	791
1. Conceito.....	791
2. Classificação	793
2.1. Quanto à origem do recurso	793
2.2. Competência quanto ao ente	794
2.3. Quanto à regularidade	795
2.4. Quanto à categoria econômica	795
2.4.1. Despesas correntes.....	797
2.4.2. Despesas de capital.....	800
3. Estágios da despesa.....	802
3.1. Ciclo reduzido	804
3.1.1. Empenho	804
3.1.2. Liquidação.....	807
3.1.3. Ordem de pagamento	808
3.1.4. Pagamento	808
3.2. Ciclo analítico	808
3.2.1. Nota de autorização de despesa.....	809
3.2.2. Licitação.....	810
3.2.3. Contrato.....	811
3.2.4. Relatório	812
3.3. Suprimento de fundos	812
3.4. Adiantamento.....	813
4. Regime contábil.....	813
5. Restos a pagar	815
6. Despesas de exercícios anteriores (DEA)	817
7. Anulação de despesas.....	818
8. Limitação de empenho.....	819
9. Aumento da despesa	821
10. Despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC).....	822
11. Despesas com pessoal	824
12. Despesas com seguridade social.....	833
13. Transferências voluntárias	834
14. Destinação de recursos ao setor privado	837
15. Precatórios.....	839
15.1. Conceito	840
15.2. Ordem de pagamento	841
15.3. Procedimento.....	846

 **Capítulo 4**

ORÇAMENTO PÚBLICO	853
1. O conceito de orçamento público	853
1.1. Elementos do orçamento público	854
1.2. Natureza jurídica do orçamento público	855
1.3. Espécies de orçamentos	864
2. Princípios orçamentários.....	867
2.1. Princípio da universalidade ou da totalidade	868
2.2. Princípio da anualidade ou periodicidade orçamentária	870
2.3. Princípio da unidade ou da unicidade	871
2.4. Princípio da exclusividade	871
2.5. Princípio da legalidade ou reserva legal	872
2.6. Princípio do orçamento bruto	874
2.7. Princípio da precedência.....	875
2.8. Princípio da especificação, especialização ou discriminação	876
2.9. Princípio da não afetação da receita ou não vinculação da receita	876
2.10. Princípio da proibição do estorno de verbas.....	880
2.11. Princípio do equilíbrio orçamentário	881
2.12. Princípio da programação	884
2.13. Princípio da transparência	884
3. Vedações Constitucionais	887
4. Processo legislativo orçamentário	891
4.1. Elaboração	892
4.2. A iniciativa	893
4.3. A apreciação	894
4.4. A execução.....	896
4.5. Plano Plurianual (PPA).....	897
4.6. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	901
4.7. Lei Orçamentária Anual (LOA)	907
4.8. Créditos adicionais	912

 **Capítulo 5**

CRÉDITO PÚBLICO	917
1. Conceito e natureza jurídica	917
2. Classificação	918
3. O crédito na CF/88	923
4. Operações de crédito e despesas de crédito – “regra de ouro”	924

5. Operações de crédito	925
6. Competência do Senado Federal e do Congresso Nacional.....	927
7. Concessão de garantia	929
8. Limites para o endividamento público	932
9. Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO)	934
10. O novo regime fiscal das Emendas à Constituição 95/2016 e 102/2019	935
11. O Direito Financeiro e a pandemia.....	938

Capítulo 6

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	947
1. Conceito e controle interno	947
2. Controle externo	950
3. Objeto	951
4. Competência constitucional, infraconstitucional e deliberações	954
5. Composição	964
6. Recursos	967
7. Sanções	969
Bibliografia	973